

1964. A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA. SUDENE, CELSO FURTADO E O GOLPE DE 1964 – CONSIDERAÇÕES COM BASE EM *O ESTADO DE S. PAULO*

ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA*

No documentário *O longo amanhecer – cinebiografia de Celso Furtado*, o próprio Celso Furtado afirma que o projeto desenvolvimentista tinha como objetivo a construção de um País decente. Esta construção do projeto desenvolvimentista foi interrompida no ano de 1964 com o golpe militar. No plano internacional, a Revolução Cubana trouxe preocupações de que o mesmo tipo de movimento se espalhasse pela América Latina. Tal preocupação se intensificou quando a operação da Baía dos Porcos fracassou. No ano de 1962, a crise dos mísseis de Cuba, quando houve a introdução na ilha de artefatos nucleares pela URSS, criou um ambiente de tensão na região. O presidente Juscelino Kubitschek havia lançado, desde a década de 1950, a Operação Pan-Americana (OPA), que visava captar recursos para o seu projeto desenvolvimentista pela via bilateral e multilateral (CERVO e BUENO, 2002). Houve resistência por parte dos Estados Unidos de transferir recursos para a industrialização do Brasil durante o período. Quando o regime cubano passou para o bloco comunista, o contexto internacional favoreceu maior aproximação com os Estados Unidos. O efeito prático dessas questões foi o abrandamento das exigências do Fundo Monetário

* Mestrando do programa de pós-graduação em ciência política da UFPE (PGCP-UFPE).

Internacional (FMI) sobre os financiamentos, o que facilitou a injeção de recursos no Brasil. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, João Goulart assumiu a presidência da República.

Para Cervo e Bueno (*idem*), a ascensão de Jango levou a uma deterioração das relações com os Estados Unidos. Nem mesmo o apoio do governo de Goulart aos americanos, na crise dos mísseis de Cuba, fez com que os EUA deixassem de olhar a presidência de Jango com desconfiança. Os atritos com os americanos só cessarão com o golpe de 1964, quando Castelo Branco, pró-Estados Unidos, assume o governo e o presidente João Goulart é destituído do cargo. Foi nesse momento que a construção de um País decente, como ressaltava Furtado, foi interrompido. Os esforços de Celso Furtado, ainda no ano de 1964, para desenvolver a industrialização do Nordeste eram grandes. Em fevereiro, Furtado anunciava o investimento de 4,5 bilhões de cruzeiros da Sudene na indústria nordestina.¹ Era discutido, no âmbito da Sudene, a participação de empresas estrangeiras no Nordeste² com base no artigo XVIII do Plano Diretor do órgão. Tal participação era criticada por setores “da esquerda”, de acordo com o jornal, que moviam intensa campanha contra a regulamentação do artigo por considerá-lo danoso aos interesses do País. Para *O Estado de S. Paulo*, em editorial de 3 de março de 1964, intitulado “O estado da revolução em Pernambuco”, o estado da federação estava mergulhado no caos. Este sintoma de “caos”, para o jornal, era apenas uma manifestação local da situação vivida pelo País. Isto porque os “[...] acontecimentos de Recife vieram confirmar que a crise brasileira entrou na sua fase final – a fase em que se decidirão os destinos da República e da própria nacionalidade”. O jornal colocava nestes termos o destino da nacionalidade devido à “tensão permanente que reina no grande estado do Nordeste, provocada por aqueles que, fomentando a luta de classes, creem abrir as portas à subversão geral da ordem e à consequente derrubada das instituições democráticas”.

Esse clima de subversão à ordem era criado, ainda de acordo com o jornal, pelos integrantes do “comuno-nacionalismo”. Enquanto isso, Celso Furtado continuava trabalhando para conseguir recursos para a Sudene junto ao presidente João Goulart,³ apesar do clima de “instabilidade”. Nos meses iniciais de 1963, a Sudene já tinha aprovado 82 projetos de implantação de diversas

¹ *O Estado de S. Paulo*, 16.2.1964.

² *O Estado de S. Paulo*, 4.3.1964.

³ *O Estado de S. Paulo*, 12.3.1964.

indústrias na região, totalizando 33 bilhões de cruzeiros em financiamentos.⁴ Miguel Arraes era um político criticado por seu posicionamento de esquerda. Convém lembrar que, já no ano de 1962, os Estados Unidos passaram a intervir na política brasileira, quando nas eleições legislativas e para governador o governo americano ajudou financeiramente candidatos com posturas anticomunistas e, no Nordeste, tentou impedir a eleição de Miguel Arraes (CERVO e BUENO, 2002, p. 361).

Ainda nesse aspecto, Cervo e Bueno (*idem*) afirmam que, à medida que Goulart preconizava as reformas de base e se acercava de pessoas claramente de esquerda, crescia uma preocupação sobre os rumos do País. As considerações do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* que mostramos acima é um exemplo desse contexto. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Ação Democrática Popular (ADEP) foram instituições que tiveram participação no golpe e em 1º de abril de 1964, quando João Goulart foi deposto. Nesse ínterim, pessoas que estavam ligadas ao presidente também perderam o seu cargo, assim como os “esquerdistas”. Com Celso Furtado não foi diferente. No dia 6 de abril de 1964, por designação do comandante do IV Exército, o general da reserva Expedito Sampaio assumiu o posto de Celso Furtado como interventor.⁵ Nas palavras do próprio general, a reorganização da Sudene seria por “gente nossa, gente de confiança”, ou seja, pessoas alinhadas ideologicamente e em sintonia fina com o novo regime. Para tanto, um dos primeiros atos do general Sampaio foi nomear o major Dorival Geraldo Moura como presidente da Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG). O golpe de 1964 causou um esvaziamento da Sudene porque vários funcionários estavam “foragidos”, de acordo com o general, por causa das suas ligações com os “comunistas”.

É interessante ressaltar que logo após o golpe os Estados Unidos intensificaram o apoio ao novo governo e passaram a incentivar projetos conjuntos. O próprio general Sampaio afirmou que, após tomar posse no cargo de superintendente da Sudene, aguardava para o dia seguinte funcionários da Usaid para “acertar pormenores de projetos comuns”.⁶ Foi no dia 8 de abril do mesmo ano que o II Plano Diretor da Sudene foi apresentado, tendo como objetivo “dotar a estrutura econômico-social da região de características que ensejem

⁴ *O Estado de S. Paulo*, 27.3.1964.

⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Assumiu o interventor na Sudene”, 7.4.1964.

⁶ *Idem*.

alcançar ritmo mais intenso de crescimento sem grandes tensões sociais.”⁷ Esta concepção de crescimento sem “tensões sociais” tinha como objetivo, na verdade, excluir do processo decisório as camadas mais baixas. Para René Armand Dreifuss (1981, p. 488) o novo Estado que se estabeleceu no pós-1964 agiu, não apenas do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sobre o bloco de comando do poder vigente organizado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Sociais). Dreifuss (*idem*) coloca que o Estado de 1964 era, de fato, um Estado classista, e governado por um bloco de poder. Esta afirmação de Dreifuss contradiz o presidente da Federação da Indústria do Estado de Pernambuco (FIESP) na época, Renato Brito Bezerra de Melo, que acreditava que a “revolução democrática” tinha colocado o País no “avanço rumo ao caminho certo, para conquistas dos menos favorecidos.”⁸ Como Dreifuss (*ibidem*) argumenta sobre a “tecnocracia” instalada com o governo de Castelo Branco, as decisões eram aparentemente racionais e a “racionalidade tecnocrática” na elaboração das decisões e diretrizes excluía, por definição, continua Dreifuss, considerações políticas, sendo os interesses menores destituídos de altruísmo.

Como havia uma ausência de discussão aberta e falta de responsabilidade pública, as decisões do IPES funcionavam contra as frações das classes que não estavam ligadas ao órgão, como as classes menos favorecidas a que Renato de Melo se referia. O novo Estado pós-1964 e o seu “tecnocratismo” impuseram à vida política a forma de pensar e agir do bloco dominante que tomou posse do Estado brasileiro em abril. Miliband (*apud* Dreifuss, 1981, p. 489) afirmou que o golpe que destituiu João Goulart evidenciou que “a classe dominante, sob a proteção do Estado, possuía vastos recursos, incomensuravelmente maiores do que as classes dominadas, para impor seu peso sobre a sociedade civil”. É nesse contexto que a construção de um País decente, como colocou Furtado, foi interrompido. As camadas mais baixas da sociedade foram excluídas do processo de desenvolvimento e, como colocou Antonio Delfim Neto, era necessário fazer crescer o bolo, para, depois, repartir-lo. Tal repartição se deu em parte desiguais.

Em 14 de maio de 1964 Celso Furtado deixava o País rumo ao Chile,⁹ para participar de uma reunião de técnicos em Santiago. Posteriormente, Furtado

⁷ *O Estado de S. Paulo*, “II Plano Diretor da Sudene”, 8.4.1964,

⁸ *O Estado de S. Paulo*, “Pernambuco: apoiam os industriais reformas econômicas no Brasil”, 7.5.1964.

⁹ *O Estado de S. Paulo*, 15.5.1964, “Celso Furtado será professor nos EUA”.

assumiria o cargo de professor de economia na Universidade de Yale. Quando um jornalista perguntou sobre o livro branco, organizado pelo Itamaraty, em busca de uma explicação para a causa da cassação de direitos políticos de pessoas como Celso Furtado, Josué de Castro, e do ex-presidente Jânio Quadros, o presidente Castelo Branco desconversou, afirmando que o livro branco iria “tratar de fatos e não de pessoas.”¹⁰

No dia 22 de setembro de 1964 a prisão de Francisco de Oliveira foi decretada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar da 7ª Região.¹¹ Francisco de Oliveira, entre outros, só escapou do cárcere porque estava na França quando a prisão foi decretada. Celso Furtado também se instalou na França, onde seria professor da Sorbonne durante 20 anos. O ano de 1964 inaugurou o período da ditadura militar no Brasil, que se estenderia até 1985, quando, de forma indireta, ocorrem eleições para presidente da República. Só no ano de 1989 é que irão ocorrer as primeiras eleições diretas para presidente da República.

Referências bibliográficas

CERVO, A.L.; BUENO, C.. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ESTADO DE S. PAULO, *o. Jornal*. Reportagens selecionadas. São Paulo, 1964.

¹⁰ *O Estado de S.Paulo*, 16.5.1964, “A entrevista do presidente Castelo Branco – Problemas do Nordeste”.

¹¹ *O Estado de S.Paulo*, 23.9.1964, “Decretada a prisão de 9 da Sudene”.